

## ARGENTINA, UM FIO DE ESPERANÇA

Editorial, *O Estado de S.Paulo*, 7.2.2002

O último plano do governo Eduardo Duhalde foi recebido com um pouco mais de esperança - ou um pouco menos de ceticismo - porque tomou uma direção clara: a pesificação integral da economia ou a desdolarização radical. E radical aqui não é figura. Duas regras mostram que se tomou um caminho decidido: a determinação para que os bancos transfiram todos seus dólares para o Banco Central e o fato de estarem proibidos de comprar e vender a moeda americana.

Acrescentem-se aí a pesificação total dos ativos e passivos no sistema financeiro e mais a proibição de contratos indexados em dólar, e se verifica a enorme distância do regime de poucas semanas atrás, no qual a maior parte das transações, inclusive compras miúdas no supermercado, era feita na moeda dos Estados Unidos.

Quando ficou claro o colapso da paridade cambial, abriram-se duas saídas: a pesificação ou a dolarização. Ao defender a paridade, o governo do ex-presidente Fernando de la Rúa e seu ministro Domingo Cavallo avançou na dolarização, já calculando que, em último caso, se poderia dolarizar de vez.

Isso dificultou a tarefa dos governos que o sucederam, cuja opção, digamos, política, foi pela desdolarização.

Assim, os planos anteriores, embora avançando na pesificação, mantinham esquemas dolarizados. Isso criava situações anômalas. Por exemplo: o cliente do banco não podia sacar os dólares que havia lá depositado quando a taxa de câmbio era de um por um. Mas, se conseguisse pesos, podia comprar dólares à cotação de dois por um. As pessoas, com razão, não podiam entender.

Agora é radical: não há mais depósitos em dólar e não se pode comprar a moeda americana em bancos. Resta ainda algum comércio de dólares, nas casas de câmbio e nos "arboritos", cambistas de rua, mas que formarão apenas um pequeno mercado paralelo.

Tudo o mais caminha para a pesificação - e esse é o mérito do último plano de Duhalde. Infelizmente para a Argentina, porém, é apenas um começo. Há enormes obstáculos pela frente.

Na realidade, o que estamos chamando de "plano", como já viu o leitor, é apenas um esforço para definir a nova ordem monetária e cambial do país. Ou seja, para lançar os alicerces macroeconômicos para um futuro plano de revitalização da economia argentina.

Não se trata apenas de mudar um regime cambial, o que já é suficientemente complexo, mas de substituir a cultura do dólar pela confiança em uma moeda nacional

não ancorada no dólar. E ninguém sabe o que vai acontecer quando terminar o feriado bancário na segunda-feira.

Por isso, aliás, o governo Duhalde precisa logo lançar as novas âncoras, que só podem ser duas, uma monetária, a meta de inflação, e a outra fiscal, um programa de reforma do setor público mais do que um plano de corte de gastos.

É o caminho brasileiro, claro, mas muito mais difícil em Buenos Aires. Além das seqüelas da dolarização, a recessão é brutal. O Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 14% em quatro anos. A renda per capita, 18%. A arrecadação de impostos caiu na mesma proporção. Em janeiro último, a receita total despencou 19% em relação ao mesmo mês de 2001, quando já estava em queda. As vendas de veículos desabaram no mês passado. Foram de menos 80% em relação a janeiro de 2001 e de 60% em relação a dezembro último.

O país está em moratória e há conflito entre poderes. Como disse sem contemplação o presidente do Banco Hipotecário Argentino, o reconhecido economista Miguel Kiguel, o problema argentino é essencialmente institucional e político. Trata-se de uma "bagunça econômica, política e institucional".

Vamos esperar que o último plano de Duhalde e do seu ponderado ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov, seja um começo de arrumação.

Em resumo, definida a pesificação, é preciso acrescentar as metas de inflação e fiscais. O orçamento, neste ambiente, vai ser uma peça de ficção.

Ou uma aposta. Como prever receitas neste momento?

Por isso, o FMI não pode esperar um projeto pronto e acabado para liberar a imprescindível ajuda financeira, sem o que tudo o mais não pára de pé. Deve liberar o dinheiro contra a apresentação de propostas definidas, como o governo Duhalde agora está fazendo.